



Fazendo Justiça

Conheça histórias
com impactos reais
promovidos pelo
programa no contexto
da privação de liberdade



FAZENDO JUSTIÇA





Fazendo Justiça

Conheça histórias
com impactos reais
promovidos pelo
programa no contexto
da privação de liberdade



FAZENDO JUSTIÇA



CNJ — CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente

Ministra Rosa Maria Weber

Corregedor Nacional de Justiça

Ministro Luis Felipe Salomão

Conselheiros

Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho

Mauro Pereira Martins

Richard Pae Kim

Salise Monteiro Sanhotene

Marcio Luiz Coelho de Freitas

Jane Granzoto Torres da Silva

Giovanni Olsson

Sidney Pessoa Madruga

João Paulo Santos Schoucair

Marcos Vinícius Jardim Rodrigues

Marcello Terto e Silva

Mário Henrique Aguiar Goulart Ribeiro Nunes Maia

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral

Gabriel Matos

Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica

Ricardo Fioreze

Diretor-Geral

Johanness Eck

Supervisor DMF/CNJ

Conselheiro Mauro Pereira Martins

Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador DMF/CNJ

Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi

Juízas e Juizes Auxiliares da Presidência DMF/CNJ

Edinaldo César Santos Junior

João Felipe Menezes Lopes

Jônatas dos Santos Andrade

Karen Luise Vilanova Batista de Souza

Diretora Executiva DMF/CNJ

Renata Chiarinelli Laurino

Chefe de Gabinete DMF/CNJ

Carolina Castelo Branco Cooper

MJSP — MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Ministro da Justiça e Segurança Pública

Flávio Dino de Castro e Costa

Secretário Nacional de Políticas Penais

Rafael Velasco Brandani

PNUD BRASIL — PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO

Representante-Residente

Katyna Argueta

Representante-Residente Adjunto

Carlos Arboleda

Representante-Residente Assistente e Coordenadora da Área Programática

Maristela Baioni

Coordenadora da Unidade de Paz e Governança

Moema Freire

Coordenadora-Geral (equipe técnica)

Valdirene Daufemback

Coordenador-Adjunto (equipe técnica)

Talles Andrade de Souza

Ficha técnica

Elaboração: Comunicação do programa Fazendo Justiça

Texto: Renata Assumpção

Fotografia: Isabella Santos Lanave

Edição: Débora Zampier

Projeto gráfico e diagramação: Bernardo Costa

Revisão: Nataly Costa

Lea esta publicación
en español utilizando
el siguiente código QR



Read this publication
in english scanning
the QR code below



Apresentação

A construção de uma sociedade justa, livre e solidária, conforme expresso em nossa Constituição Federal, exige que compreendamos a garantia de direitos para além da retórica, especialmente em um país de tantas desigualdades. Desaguadouro de disfunções sistêmicas, os ambientes de privação de liberdade abrigam sujeitos de direito que um dia retornarão ao convívio social, e cabe a nós garantirmos uma responsabilização proporcional, com dignidade na privação ou restrição de liberdade, além de oferecermos cidadania e oportunidades para que o ciclo penal e o ciclo socioeducativo cumpram seu papel.

Cuidar da privação de liberdade é um ganho duplo para a magistratura, pois enquanto priorizamos a dignidade da pessoa humana enquanto direito absoluto, qualificamos a prestação jurisdicional. Melhorar a oferta de serviços à população, de forma alinhada ao conceito de 'CNJ raiz' que defendi ao assumir a presidência desta Casa, envolve não apenas garantir a correta aplicação das leis, mas buscar racionalidade nos gastos públicos e apresentar respostas aos anseios da sociedade por um país mais seguro, desenvolvido e inclusivo.

É nesse contexto que damos sequência à série de ações trabalhadas em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e outras dezenas de parceiros para qualificar respostas no campo penal e no campo socioeducativo. A presente publicação soma-se a um vasto catálogo de publicações que reúnem conhecimento teórico e orientações com possibilidade de aplicação imediata para os diversos atores envolvidos nos sistemas de Justiça e de garantia de direitos

Nesta publicação, conhecemos impactos reais do trabalho desenvolvido nos últimos anos por meio de histórias transformadoras que se tornaram possíveis a partir de incidências feitas pelo programa. As histórias exemplificam algumas das 29 ações em curso no ciclo penal e no ciclo socioeducativo em diferentes regiões do país, pelo ponto de vista de quem atua nestes sistemas e por aqueles e aquelas que passaram por eles, assim como de seus familiares.

Essas histórias mostram não apenas o acerto das ações em curso com um olhar para o humano, sempre o objeto-fim da prestação jurisdicional, como também reforçam a necessidade de que essas incidências se consolidem como políticas estruturantes no médio e longo prazo. A partir do apoio das centenas de instituições e organizações e milhares de apoiadores que se uniram a este ideal ao longo da trajetória do programa, estamos certos de que este é um objetivo tão necessário quanto possível.

Rosa Weber

Presidente do Supremo Tribunal Federal
e do Conselho Nacional de Justiça

Introdução

Juntos por uma justiça cidadã na privação de liberdade

Os personagens desta publicação foram ouvidos entre dezembro de 2021 e abril de 2022.

Quando ainda estava na faculdade de serviço social, a assistente social Karla Dutra iniciou um estágio no sistema penitenciário. Começou em uma unidade prisional feminina, foi para a Secretaria de Administração Penal do Maranhão e até hoje, dez anos depois, deixa sua casa rumo ao coração da cidade de São Luís com a certeza de que ainda há muito a construir. “Quando comecei, íamos trabalhar sabendo que ao menos uma situação horrível aconteceria em breve. Era muita violência, rebeliões, pessoas degoladas. E não havia estrutura alguma para a realização do trabalho”, conta.



O sistema penitenciário do Maranhão, estado do nordeste brasileiro onde Karla vive, passou por situações dramáticas nos últimos anos, incluindo rebeliões no Complexo Penitenciário de Pedrinhas entre 2013 e 2014 que deixaram mais de 60 mortos. A situação no estado não é, contudo, exceção. Com o crescimento de 811% no número de pessoas presas nos últimos 30 anos, o Brasil chegou à terceira maior população carcerária do mundo, cerca de 650 mil pessoas. Não há vagas para todos, e a superlotação de 140% prejudica o cumprimento de garantias e de direitos na execução penal previstos em lei.

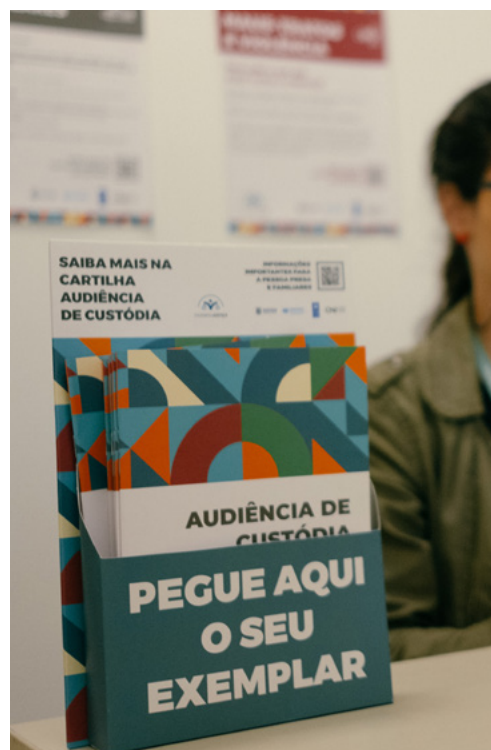
O custo mensal de R\$ 1,22 bilhão aos cofres públicos (cerca de US\$ 244 milhões) poderia ser investido em áreas como saúde, educação e outras políticas de cidadania alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. O principal prejuízo da resposta penal, no entanto, é social, pois a passagem pelo cárcere marca de forma permanente a vida de pessoas presas e de seus familiares, agravando situações de vulnerabilidade. Desafios semelhantes ocorrem no sistema socioeducativo, destinado a adolescentes que cometeram ato infracional, que tem cerca de 140 mil pessoas nos meios aberto e fechado.

Em 2015, esse cenário de desarranjo levou o Supremo Tribunal Federal a reconhecer que as unidades de privação de liberdade brasileiras representam um estado de coisas inconstitucional. Três anos depois, tinha início um ambicioso programa liderado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o escritório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil, hoje o programa Fazendo Justiça. Com importante apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública e de outras dezenas de parceiros, o programa desenvolve 28 incidências simultâneas em diferentes fases do ciclo penal e socioeducativo - desde a porta de entrada à porta de saída - coordenadas a partir do Judiciário. A premissa central é a promoção de uma sociedade pacífica, justa e com instituições eficazes, como determina o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 da ONU.



Para a assistente social Karla, do Maranhão, eliminar lacunas de diálogo para ações coordenadas e troca de experiências é um ponto forte do programa. “Eu sentia falta dessa interlocução, de saber como funciona em outros lugares, às vezes a gente se sentia muito só. O programa só acrescentou, fomos beber de outras fontes, vendo o que dava certo e implantando aqui”, diz.

Devido à pandemia de Covid, que alterou dinâmicas presenciais no contexto prisional e socioeducativo, o programa passou por adaptações programáticas. Além de ações específicas para a realidade pandêmica, incluindo apoio à normativa do CNJ que incentivou a liberação emergencial de mais de 40 mil adultos e adolescentes, foram publicados mais de 70 produtos de conhecimento. Eventos online tiveram mais de 50 mil participantes em atividades desde o início do programa. Além disso, houve apoio técnico para mais de 30 resoluções, recomendações e orientações expedidas pelo CNJ com foco na sustentabilidade das ações a longo prazo.



Passaporte para a cidadania


A ação nacional de identificação civil e documentação de pessoas que passaram pelo cárcere

Dentre as iniciativas estruturadas pelo CNJ com apoio do PNUD está a Ação Nacional de Identificação e Documentação Civil de pessoas privadas de liberdade. Preso na Paraíba desde 2019 e há 14 anos sem documentação, Rogério* teve seus documentos regularizados com o apoio do Fazendo Justiça e seus parceiros. “Entreguei o RG para minha esposa resolver uma questão no banco, fui pro hospital. Sinto que hoje eu sou um cidadão brasileiro. Agora quero sair daqui e continuar minha vida lá fora”, afirma com a voz forte.

Sentada ao seu lado, a responsável pelo Núcleo de Identificação Civil da administração penitenciária da Paraíba, Cizia Romeu, conta que houve comoção por ali durante a primeira entrega de RGs. “Só quem não tem sabe a falta que faz um documento para você comprovar que existe. E essas pessoas existem, são cidadãos. Costuma-se dizer ‘voltar à sociedade’, mas as pessoas privadas de liberdade também fazem parte da sociedade”.

Em 2018, cerca de três milhões de brasileiros viviam sem documento, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No ano anterior, dados coletados em 14 unidades da federação pelo Executivo Federal indicaram que oito entre dez pessoas privadas de liberdade não tinham

* Nomes foram trocados para preservar a identidade das pessoas



“Sinto que hoje eu sou um cidadão brasileiro. Agora quero sair daqui e continuar minha vida lá fora”

— **Rogério***
Atendido pela Ação Nacional de Identificação e Documentação Civil

“Só quem não tem sabe a falta que faz um documento para você comprovar que existe. E essas pessoas existem, são cidadãos.”



— **Cizia Romeu**
Núcleo de Identificação
Civil da Paraíba

nenhum tipo de identificação civil em seus prontuários. Com mais de 150 parceiros locais e nacionais, o PNUD apoia o CNJ na implantação de um fluxo permanente de confirmação de identidade na porta de entrada do sistema prisional, com cadastro único mantido pela Justiça Eleitoral, para emissão de documentos. Também foi criado fluxo específico de documentação para quem está deixando o sistema - até abril de 2022, haviam sido emitidos mais de 7 mil documentos em 21 unidades da federação.

No estado do Rio Grande do Norte, também no Nordeste do país, a ação de identificação e documentação empolga a responsável pela assistência social no Departamento de Promoção à Cidadania da Secretaria de Administração Penitenciária do estado, Vilma Paixão. “Eu sinto que agora começamos a caminhar ‘bacanamente’ – e registre essa palavra aí que eu acabei de inventar”, conta sorridente. Sobre a importância da documentação, ela lembra que 800 pessoas sem CPF no sistema prisional local poderiam ter ficado sem a vacina de Covid se não houvesse uma ação emergencial para solucionar o quadro.

Nascida em Macau, cidade da zona portuária do Rio Grande do Norte, Vilma está há quase vinte anos trabalhando no sistema prisional - foi parte da primeira turma de agentes penitenciários do estado. “Não foi fácil. Hoje está tudo mais estruturado, a conjuntura é outra”, diz, citando outras ações desenvolvidas pelo Fazendo Justiça, como os escritórios sociais e o fortalecimento das alternativas penais. “A população carcerária não é algo solto no universo nem um problema exclusivo do serviço penitenciário. Agora começamos a caminhar”, relata.



Questão de pertencimento

Os Escritórios Sociais para atendimento a pessoas egressas e familiares



A dificuldade com a regularização dos documentos é apenas um fragmento do desafio de ser uma pessoa egressa do sistema prisional no Brasil, pois os efeitos dessa passagem se prolongam muito além da pena. “Quando a gente fica preso, perde a noção das coisas, do tempo, do funcionamento do dia a dia. Eu não tinha documentos nem informação nenhuma”, conta Carlos*, do Mato Grosso do Sul, estado no Centro-Oeste brasileiro.

Depois de passar seis anos na prisão, o jovem conversou com um amigo que indicou o Escritório Social para ajuda. Os Escritórios Sociais, metodologia do CNJ qualificada e expandida com o apoio do PNUD, oferecem a pessoas egressas do sistema prisional e familiares acesso a uma rede de serviços de apoio

- públicos e da sociedade civil – em áreas como qualificação profissional, documentação, saúde e moradia. Em meados de 2023, eram mais de 30 unidades em sistema de gestão compartilhada entre poderes públicos locais funcionando em mais de 21 estados do país, com novas unidades em negociação.

“Cheguei lá e em dois dias estava com a minha certidão de nascimento. A assistente social me ligou e perguntou se eu não queria tirar o RG também, foi bem rápido”, lembra Carlos. “Trabalho como auxiliar de refrigeração, fazendo manutenção de aparelhos de ar-condicionado. Então, sem documento, eu não consigo entrar nos prédios e empresas”, explica. “Fui muito bem recebido e orientado. Sempre que eu passo por ali, volto para dar um oi para todo mundo”.

Egressa atendida em Maricá, no estado do Rio de Janeiro, Márcia* e o filho fizeram cursos de capacitação e planejam montar um salão de beleza, história que emociona a coordenadora do Escritório Social local, Eliane Ferraz. “Esse garoto foi estigmatizado por ter uma mãe que passou pelo sistema. Mas o que você vê ali? Amor, sonhos, parceria. Essa construção é fruto do trabalho da nossa equipe”, diz.

A coordenadora destaca a metodologia do Projeto Singular Integrado, desenvolvida com o apoio do PNUD, como um diferencial. Consiste em um roteiro de entrevista para identificação de esferas de sociabilidade que podem ser potencializadas durante e após a vida prisional. Por meio de escuta que respeita diversidades e trajetórias, a pessoa é convidada a relatar livremente sua experiência de vida. É a partir dessa conversa que a equipe multidisciplinar realiza o atendimento psicossocial, estabelece vínculos e encaminha a pessoa para a rede social de serviços, sempre alinhada com as necessidades individuais.

Em abril de 2021, foi lançado o aplicativo Escritório Social Virtual. A ferramenta digital já ampliou para cinco mil usuários o acesso a indicação de serviços, oferta de conteúdo e prestação de informações úteis, como o acompanhamento da situação de processos por meio do Sistema Eletrônico de Execução Unificado. Conhecido como SEEU, a ferramenta é outra frente de atuação do Fazendo Justiça junto ao CNJ para eliminar pilhas de processos em papel, lentidão na tramitação e vencimento de prazos. Com o apoio técnico do programa, o SEEU integra mais de 1,5 milhão de processos em 35 tribunais do país, reduzindo em até 98% o tempo para concessão de benefícios previstos em lei.



“Esse garoto foi estigmatizado por ter uma mãe que passou pelo sistema. Mas o que você vê ali? Amor, sonhos, parceria. Essa construção é fruto do trabalho da nossa equipe”

— **Eliane Ferraz**
Coordenadora do Escritório Social de Maricá



Estado presente

O fortalecimento da proteção social nas audiências de custódia

Tiago*, de 24 anos, diz ser uma pessoa desconfiada em razão de sua história de vida e dos muitos estigmas já sofridos - inclusive por parte do Estado - desde que se envolveu com o tráfico de drogas aos 12 anos de idade. “Ninguém vê o agora, só olham o histórico, o que você fez. Se eu vou comprar pão já vão me parar, já sabem quem sou e por onde eu passei”, conta. Recentemente, foi atendido pelo Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (Apec) em Minas Gerais, no sudeste brasileiro. As Apecs são serviços mediados pelo Judiciário para pessoas que acabaram de ser presas, com participação voluntária, e estão em funcionamento em 23 unidades da federação com apoio do programa Fazendo Justiça.

Preso em flagrante, Tiago foi recebido pela equipe multidisciplinar da Apec depois de audiência com um juiz. Afirma não ter acreditado quando a assistente social disse querer ajudá-lo. “Ela veio pedindo pra que eu contasse tudo da minha vida. Eu disse: se eu for falar, você vai ter que me deixar ler tudo que você vai escrever”. A assistente social compartilhou o relatório e foram, aos poucos, estabelecendo uma relação de confiança.

“Ali acaba sendo o primeiro momento que algumas pessoas têm para falar, para serem ouvidas. (...) É quando também podemos fazer contato com as famílias, avisar o que está acontecendo”



— **Fernanda Queiroz**
Gestora da Apec do
Tribunal de Justiça do
Paraná

Responsável pela gestão das Centrais de Medidas Socialmente Úteis e do Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (Apec) do Tribunal de Justiça do Paraná, estado ao sul do país, Fernanda Queiroz detalha como funciona o atendimento antes da audiência de custódia, que leva cerca de 15 minutos. Um questionário padrão identifica questões emergenciais de saúde e socioeconômicas que dão importantes subsídios para esse encontro. “Ali acaba sendo o primeiro momento que algumas pessoas têm para falar, para serem ouvidas. Por vezes as demandas são, ‘estou com frio, estou descalço’, e nós providenciamos agasalhos e chinelos. É quando também podemos fazer contato com as famílias, avisar o que está acontecendo”, conta Fernanda.

Os técnicos, então, geram um relatório que é levado para a audiência de custódia. “Acredito que o trabalho tem bastante impacto na tomada de decisão dos magistrados. Quando subsidiamos e asseguramos que faremos o possível para promover a reinserção social, eles têm mais segurança para pensar em medidas alternativas ao cárcere”. A advogada explica que 70% dos atendidos dizem fazer uso abusivo de álcool e drogas, e pelo menos 40% estão em situação de rua. Mais de 80% das pessoas atendidas desconhecem a

rede de assistência com serviços de apoio social e de saúde na região. “É um trabalho de formiguinha, mas é muito gratificante quando conseguimos, quando as pessoas voltam para contar como estão”.

A passagem pelo atendimento e o acompanhamento foram importantes para Tiago, que se classificava como uma pessoa “de pavio curto”. Nas conversas com a assistente social, teve contato com os princípios da comunicação não violenta e gostou do que aprendeu. “Ela me ensinou várias coisas, principalmente a importância da paciência e do diálogo, que eu preciso me acalmar e aprender a conversar. Tento exercitar, nem sempre é fácil. Mas percebo que se alguém tivesse conversado sobre isso comigo antes, teria evitado muita coisa na vida”.

Hoje, o jovem mora com a namorada e trabalha com carga e descarga de caminhões em uma cooperativa. “Quando vocês estiverem falando sobre isso, digam que é preciso criar um sistema de cotas de emprego para quem passou pelo sistema penal. Se convivessem com a gente um mês, veriam que somos mais humanos que muita gente por aí”, despede-se, com um sorriso no rosto. Não é coincidência que a demanda de Tiago seja também uma das frentes de ação do Fazendo Justiça, inclusive por meio de incidências para garantir cotas de emprego a esse público estabelecidas por lei.

Além do reforço à proteção de direitos e garantias, os atendimentos realizados nas audiências de custódia contribuem com a própria segurança pública. De acordo com a juíza paraense Ana Bartolamei, é nesse espaço que a pessoa colocada em liberdade pode esclarecer dúvidas sobre eventuais medidas cautelares, enquanto os encaminhamentos para rede de proteção social podem criar condições para evitar o retorno a situações de criminalidade. “A partir dos atendimentos, conseguimos visualizar com clareza que, na esmagadora maioria dos casos, pessoas que chegam na custódia têm seu primeiro encontro com o Estado na forma de Estado Penal, porque sempre ficaram às margens das políticas públicas”.



Além do uso abusivo de drogas que impacta a vida de muitos custodiados, a magistrada destaca a saúde mental como desafio para encaminhamentos sociais. “Já fiz três audiências de custódia com uma mesma mulher que não sabe quantos anos tem, nem ao certo quantos filhos... Esses casos são marcantes porque são o retrato cruel da política criminal que visa ao encarceramento e, em ambos, o atendimento da equipe Apec permitiu um olhar diferenciado para todos os atores envolvidos nas audiências”. Outro caso marcante, ela recorda, é o de um custodiado que chegou feliz na audiência porque comeu quatro pães no café da manhã do Centro de Triagem 1 de Curitiba. “Ele foi preso por suposto furto de sucata, eu relaxei a prisão em razão da insignificância, mas ele me pediu que o alvará fosse cumprido somente após o almoço”.

Ana Bartolamei —
Juíza do Tribunal de
Justiça do Paraná



“A partir dos atendimentos, conseguimos visualizar com clareza que, na esmagadora maioria dos casos, pessoas que chegam na custódia têm seu primeiro encontro com o Estado na forma de Estado Penal, porque sempre ficaram às margens das políticas públicas”





“Acho que o principal é que eu fui ouvida e recebi suporte. Alguém acreditou em mim, sabe? Fui abraçada para a vida. Hoje tenho outra história para contar.”

— **Juliana**
Atendida pelo projeto
Corra Pro Abraço

Juliana* foi detida por furto de carne em Salvador, capital da Bahia, no nordeste do Brasil, quando tinha 19 anos. “Não era a primeira vez que eu estava ali em frente a um juiz. E todos falavam para mim que estavam cansados, que não acreditavam quando eu dizia que não queria aquela situação”. Na pré-custódia, Juliana foi atendida por uma assistente social do projeto Corra Pro Abraço, parceria entre o Executivo e o Judiciário que fomenta alternativas à prisão e o acompanhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade social que passam por audiência de custódia. A iniciativa também é parceira do Fazendo Justiça.

“A assistente perguntou se eu estava bem, me ofereceu água e um lanche, começamos a conversar”, conta. O juiz, então, a encaminhou para ser acompanhada pelo projeto, onde fez cursos de rádio, design, vídeo e fotografia. Também foi jovem aprendiz e a identificação foi tão grande que recebeu uma proposta para continuar no projeto, como assistente de serviços gerais. “Acho que o principal é que eu fui ouvida e recebi suporte. Alguém acreditou em mim, sabe? Fui abraçada para a vida. Hoje tenho outra história para contar”, resume.





Priorizando adolescentes

As audiências concentradas

A sala está enfeitada. Um bonito lanche à mesa e cartazes de boas-vindas decoram o local. A preparação foi feita no dia anterior por agentes socioeducativos e adolescentes que, junto a um juiz, começam a receber familiares e profissionais que participarão do evento conhecido como audiência concentrada. De acordo com a lei brasileira, pessoas com menos de dezoito anos são penalmente inimputáveis, podendo receber medidas socioeducativas em resposta a atos infracionais, em meio aberto ou fechado. Seguindo o princípio da proteção integral do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, as medidas socioeducativas devem articular responsabilização com garantia de direitos infantojuvenis, devendo ser revistas periodicamente.

No cenário descrito acima, está em curso uma audiência concentrada para reavaliação de medidas socioeducativas no Centro Socioeducativo Lindeia, em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, estado do sudeste brasileiro. “Esse é o momento da acolhida, quando os espíritos se desarmam”, explica o juiz Afrânio Nardy, da Vara Infracional de Belo Horizonte.

Com disseminação trabalhada pelo CNJ e pelo PNUD desde 2019 a partir da identificação de boas práticas no país, a audiência concentrada propõe a revisão periódica das medidas socioeducativas ao facilitar o diálogo entre adolescente, familiares, pessoas de referência para esse adolescente, profissionais envolvidos em políticas do sistema de garantia de direitos, técnicos do sistema socioeducativo e juízes. Atualmente, seis estados brasileiros utilizam a metodologia e outros dez estão em processo de implantação.

Conforme explica o juiz Afrânio Nardy, o processo começa com uma pré-audiência adaptada para cada adolescente, para identificação de referências familiares e da rede de atendimento. A partir daí, a equipe técnica entra em contato com pessoas dessa rede para convidá-las para a audiência. No dia marcado, depois da recepção acolhedora, os trabalhos são iniciados com a apresentação da história do adolescente e relatório da equipe técnica que acompanha sua trajetória em temas como educação, trabalho, psicologia e saúde. E, assim, junto do adolescente e de sua rede de apoio, são pensadas estratégias para superação da situação que o colocou ali. No dia da audiência em Lindeia, seis dos sete adolescentes foram colocados em liberdade.

Mineiro de Belo Horizonte, Nardy conta que sempre sentiu necessidade de ressignificar espaços de meio fechado e a cultura de tensões entre segurança e atendimento socioeducativo. “Aí aconteceu um encontro promovido por essa parceria entre CNJ e PNUD, quando foi lançado o eixo de atuação no socioeducativo. Tive contato com as audiências concentradas aplicadas no Amazonas pelo juiz Luis Cláudio Cabral Chaves, e fiquei completamente tocado”, conta. “O que buscamos é construir projetos de vida para que eles sejam felizes, trabalhando com o Estado todo. Acolhemos a família, a rede e o adolescente”, explica Nardy.

“O que buscamos é construir projetos de vida para que eles sejam felizes, trabalhando com o Estado todo. Acolhemos a família, a rede e o adolescente”

— **Afrânio Nardy**
Juiz da da Vara Infraçãoal
de Belo Horizonte





Mateus* foi um dos que passaram pelas audiências concentradas no Amazonas, no norte do Brasil. Durante seu período de internação, os relatórios detalharam matrícula e frequência à escola, participação em atividades esportivas e de lazer, restabelecimento e fortalecimento dos vínculos familiares e acompanhamento terapêutico. O adolescente teve acesso à documentação civil, foi bolsista de projetos voltados ao ensino de biologia e coordenador de sala de projetos educativos voltados ao mercado de trabalho. Todos os profissionais que o acompanharam indicaram ao juiz, durante a audiência, que sentem que Mateus está preparado para seguir em liberdade. O adolescente conta que se sente mais confiante e acolhido pela família, além de ter conseguido desenvolver um projeto de vida.

Da cidade paranaense de Londrina, a pedagoga Glória Cardozo trabalha no sistema socioeducativo desde 2006. Ao chegar, dividiu-se entre o sentimento de encantamento - afinal, eram inúmeras possibilidades de atuação - e o de estranhamento. “Você passa a conhecer a gravidade das situações que afetam a infância e a adolescência no Brasil. São muitas violações na vida daqueles que chegam aqui, em especial com relação ao direito à educação. Já tive adolescentes que aos 18 anos sequer sabiam ler”, conta.

Cardozo atua na execução da medida socioeducativa de internação no CENSE Londrina II, onde acompanha as questões que envolvem o processo educacional dos adolescentes. Ela explica que as audiências concentradas proporcionam a eles uma compreensão melhor de todo o processo. “Vão ganhando elementos para conseguir entender exatamente o que é esperado, como vai funcionar, quais as etapas, quem é e quais são as atribuições da juíza, da defensoria, da promotoria”, explica. Para a pedagoga, a inserção dos adolescentes e familiares no processo é o que faz a diferença para a construção de uma política pública que faça sentido.



Socioeducação x superlotação

A central de vagas do sistema socioeducativo

Da mesma forma que no sistema penal, o sistema socioeducativo brasileiro enfrenta uma série de problemas estruturais. O quadro de superlotação denunciado ao Supremo Tribunal Federal chegou a 183% em algumas unidades da federação em meados da década de 2010. Ao julgar o tema em 2020, a Corte fixou parâmetros a serem observados em todas as unidades de internação e medidas para diminuir a superlotação, dentre elas a adoção de um número limite para a capacidade das unidades.

Na época, alguns estados já desenvolviam experiências concretas de controle de vagas no socioeducativo, e o PNUD apoiou o CNJ a institucionalizar a prática por meio de normativa publicada em 2021. Em abril de 2022, o serviço estava em funcionamento em cinco estados e em tratativas para implementação em outros 16 com o apoio do programa Fazendo Justiça.

Alison Batista —
Chefe da Central de
Vagas do Paraná



“A Central de Vagas não é apenas gestão do sistema. O número de professores, de agentes e até de comida é determinado pela capacidade da unidade. Quando se superlota, o atendimento fica precário e perde o caráter socioeducativo”



O método é inspirado em experiência em andamento no Paraná desde 2015, que indica se há vaga nas unidades e, quando não há, qual o lugar do adolescente na fila, notificando o juiz ao final do processo. O analista de sistemas Alison Batista trabalha junto ao sistema socioeducativo do Paraná desde 2008, e em 2016 tornou-se o chefe da Divisão de Vagas e Informações do Departamento de Atendimento Socioeducativo. Segundo ele, embora a implementação da metodologia tenha sido bastante questionada à época, a decisão do STF e a publicação de normativa do CNJ com apoio técnico das equipes do PNUD evidenciaram a importância e a necessidade da medida. Dados coletados pelo Fazendo Justiça apontam que a média nacional de superlotação em meio fechado caiu de 96,7% em 2018 para 55% em 2022.

Por meio do Fazendo Justiça, Batista tem compartilhado a experiência do Paraná a profissionais de todo o país para fomentar a criação de novas centrais. “A Central de Vagas não é apenas gestão do sistema. O número de professores, de agentes e até de comida é determinado pela capacidade da unidade. Quando se superlota, o atendimento fica precário e perde o caráter socioeducativo”, diz.

“Não se socioeduca ninguém a partir da violação”, argumenta Claudia Catafesta, juíza da Vara de Adolescentes de Londrina. Na magistratura desde os 23 anos, Catafesta passou a se dedicar ao tema da infância e juventude depois de oito anos como juíza. “Acho que podemos pensar de maneira mais sistêmica nessa área”, conta. Com brilho nos olhos e voz empolgada, a juíza explica que no socioeducativo fica ainda mais evidente o impacto das medidas do judiciário. “Nosso trabalho não se esgota – ou não deveria – na assinatura da sentença. A decisão gera um impacto, não podemos ignorar. Se esse impacto pode ser positivo, por que não?”, indaga a magistrada.

Foi Nelson Mandela quem disse, em sua autobiografia, que ninguém conhece verdadeiramente uma nação até que esteja dentro de suas prisões, que deveríamos ser julgados por como tratamos nossos cidadãos mais vulneráveis. A responsabilização de adultos e de adolescentes que cometeram infração só pode ser entendida a partir de uma visão mais ampla de justiça, que abarque também a luta por justiça social e econômica para não deixar ninguém para trás.

E ao fortalecer instituições e órgãos locais para garantir executar ações com foco na cidadania e na garantia de direitos, o programa Fazendo Justiça vai, junto dessa imensa rede de parceiros pelo Brasil, transformando realidades e possibilitando que novas histórias sejam escritas, um passo de cada vez. Há, ainda, um longo caminho a percorrer.



FAZENDO JUSTIÇA



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA



FAZENDO JUSTIÇA

